

CLAUDETE DOS SANTOS DA SILVA

A QUESTÃO RACIAL NA OBRA DE FLORESTAN FERNANDES

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PENSAMENTO
POLÍTICO BRASILEIRO

UFSM
SANTA MARIA,RS,BRASIL
2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PENSAMENTO POLÍTICO
BRASILEIRO

A COMISSÃO EXAMINADORA, ABAIXO ASSINADA, APROVA A
MONOGRAFIA

A QUESTÃO RACIAL NA OBRA DE FLORESTAN FERNANDES

ELABORADA POR
CLAUDETE DOS SANTOS DA SILVA
COMO REQUISITO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE ESPECIALISTA
EM PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Maria Catarina Chitolina Zanini

Prof. Ricardo Bins de Nápoli

Profª Neli Fraga Ferraz

Profª Carmen Andrade . Suplente

Santa Maria, 02 de março de 2000.

O Desafio não consiste em opor um racismo Institucional branco a um racismo libertário negro. Ele se apresenta na necessidade de forjar uma sociedade igualitária inclusiva, na qual nenhum racismo ou forma de opressão possa substituir e florescer.

Florestan Fernandes, Significado do protesto negro, 1989.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. REFLEXÃO DOS ESTUDOS SOBRE Í RAÇAÍ NO BRASIL.....	05
1.1. A questão racial nas teorias assimilacionistas.....	07
1.2. O negro como objeto . dilemas e alternativas.....	12
2. FLORESTAN FERNANDES E O PROJETO DA UNESCO.....	16
2.1. A pesquisa da UNESCO em São Paulo.....	17
2.2. Do folclore à investigação da UNESCO.....	20
3. PRINCIPAIS CONCEITOS NAS OBRAS DE FLORESTAN FERNANDES.....	27
3.1. Pré-conceito racial.....	27
3.2. Cor e raça.....	28
3.3. Democracia racial e ascensão social.....	29
4. CONTRIBUIÇÕES DAS OBRAS DE FLORESTAN FERNANDES PARA A CRÍTICA DO PENSAMENTO RACIAL BRASILEIRO.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	49

INTRODUÇÃO

O tema da presente monografia é a questão racial no Brasil, tendo como objeto de estudo as principais obras do sociólogo Florestan Fernandes que abordam a situação do negro no país.

A questão racial no Brasil é abordada na obra de Florestan Fernandes desde a época escravocrata, expondo uma realidade histórica que compreende relações entre passado, presente e futuro, interligados histórica, econômica e culturalmente.

O objetivo principal desta pesquisa será fazer uma crítica ao mito da democracia racial, a partir da elaboração teórica de Florestan Fernandes, pois ele aborda as relações raciais dentro do contexto e formação da sociedade de classes, onde este mito servia para manter os privilégios dos brancos da elite. Florestan Fernandes, no contexto intelectual brasileiro, será um dos primeiros autores nacionais a contestar a ~~democracia racial~~.

Dentre os objetivos específicos verifiquei o problema da discriminação racial, ou preconceito de cor (termo mais utilizado pelo autor) na sociedade de classes. Para aprofundar este assunto, a priori, estudarei a formação da sociedade de classes, tendo como foco a sociedade paulistana, que foi o alvo da pesquisa de Florestan Fernandes. E, contempla o outro objetivo deste estudo que é analisar a questão da inclusão/exclusão do negro na sociedade brasileira de classes. Posteriormente, verificar-se-á o modo como o negro inseriu-se nesta sociedade e quais as dificuldades e barreiras em nível de preconceito e discriminação racial enfrentadas por este.

Outro objetivo deste estudo é apresentar a relevância do pensamento e a obra de Florestan Fernandes para a problemática atual das relações raciais, pois considero que seus estudos em relação ao negro são de suma importância para desvendar a ideologia do sistema capitalista que exclui

baseado na classe e na cor dos indivíduos. Também é um dos poucos autores que fez uma abordagem onde o negro foi considerado sujeito de sua história. Além disto, a perspectiva crítica descortina as diversidades, desigualdades, apanhando as diferentes leituras de grupos e classes compreendidos pela situação social.

No primeiro capítulo, é analisado o pensamento racial brasileiro, fundamentado por teóricos que construíram as bases ideológicas da inferioridade/superioridade, do embranquecimento, da miscigenação que sedimentaram a crença na democracia racial. Estas teorias tiveram no Brasil um papel relevante quanto à formação da sociedade nacional, pois influenciou negativamente os intelectuais e a classe dominante, impedindo a participação do negro no pós-abolição e dando preferência ao trabalho do imigrante europeu. Essa preferência étnica no mercado de trabalho reduz o negro a uma marginalização, sem contar o prejuízo social, político e cultural a que foi submetido.

Muitos foram os teóricos que comungaram desta abordagem, mas neste estudo serão apresentados apenas alguns, como: Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Gilberto Freire. Eles demonstraram como se preocupava negar, já naquela época, a identidade étnica do negro. Não queriam aceitar a ascendência africana dos brasileiros, pois esta era considerada inferior.

O segundo capítulo aborda o Projeto da UNESCO elaborado por Florestan Fernandes e Roger Bastide. Este, sendo um projeto inovador, solicitava da ciência um novo papel, ou seja, que fosse capaz de desvelar as teorias racistas e colocar o negro como o sujeito da sua própria história com um potencial evolucionário capaz de contemplar a revolução burguesa que as elites brancas deixaram incompleta. Foi o que fizeram os pesquisadores durante o Projeto da UNESCO, aproximando-se da população negra paulista, a fim de melhor expor a realidade por eles vivenciada.

A pesquisa da UNESCO assim ganhou outro sentido, servindo como estudo sobre relações raciais para questionar a sociedade de classes capitalista em relação ao racismo contra o negro. Resumindo, poderíamos

afirmar que o objetivo do projeto da UNESCO foi questionar a ideologia que encobria o preconceito racial e legitimava uma sociedade desigual, ou seja, o caráter ideológico da democracia racial brasileira.

O terceiro capítulo faz a apresentação de alguns conceitos presentes na obra de Florestan Fernandes, a fim de melhorar o entendimento do seu pensamento e de sua trajetória teórico-metodológica. Os conceitos analisados foram: o preconceito de cor, cor e raça, democracia racial e ascensão social.

No quarto capítulo apresentam-se as obras relevantes da temática do negro, que são as seguintes: **A integração do negro na sociedade de classes (vol. 1 e 2); Brancos e negros em São Paulo; Sociedade de classes e subdesenvolvimento; O significado do Protesto Negro.**

A partir do Projeto da UNESCO é que Florestan Fernandes terá preocupação com o preconceito racial brasileiro. As obras citadas acima são o marco referencial do autor quanto à caracterização dos dilemas presentes no processo de formação da ordem capitalista, e também, da marginalização dos negros na sociedade brasileira.

A metodologia aplicada neste trabalho será o levantamento bibliográfico. Considero que esta forma metodológica é a mais adequada para este tipo de pesquisa, que abre possibilidades de se trabalhar com diversas obras do autor, bem como relacionar com outros autores. As obras analisadas foram as seguintes:

A integração do negro na sociedade de classes (vol. 1 e 2 - 1978). Nesta obra Florestan Fernandes inaugura uma nova interpretação do Brasil, que vai desde a época escravocrata colonialista e imperialista até a urbanização e industrialização.

Em **Brancos e negros em São Paulo (1959)**, é apresentado o cenário da cidade de São Paulo em transformação, de uma cidade tradicional a uma metrópole tentacular, sendo considerada o maior centro industrial da América Latina. E, dentro deste contexto se apresenta o preconceito de cor, que teve a função de justificar a sociedade de classes.

Tendo como continuidade na pesquisa a obra **O significado do Protesto Negro** faz uma releitura acerca da dita "democracia racial", afirmando que esta democracia racial só poderá realmente acontecer na prática quando o negro apontar para uma estratégia de luta política corajosa, pela qual a fusão de "raça" e "classe" regularão a eclosão deste povo na história, que ele chama do *Protesto Negro*.

Florestan Fernandes, que viveu junto a comunidade negra, chamando-os de companheiros de privações e misérias, soube enfrentar a indiferença que reinava sobre a temática do negro, fazendo críticas às desigualdades sociais e raciais que ao negro eram impostas. No Brasil, sem dúvida, foi Florestan Fernandes quem, ao apresentar um olhar crítico da sociedade nacional, teve a coragem de superar a visão naturalista e culturalista e abordar a questão racial como uma questão social e econômica também.

1. REFLEXÃO DOS ESTUDOS SOBRE A RAÇA NO BRASIL

Este capítulo irá tratar da questão racial e das teorias existentes em torno deste tema.

Os estudos sobre raça no Brasil datam do final do século XIX e início do século XX, com a introdução das teorias vindas da Europa, que afirmam a superioridade da raça branca. Teorias estas, eminentemente evolucionistas.

Estas teorias garantiam a superioridade e a hegemonia racial e social do branco, aos negros cabia a impossibilidade de civilização, visto serem considerados menos evoluídos. No Brasil, embora de formas diversas tivemos representantes destas teorias. Entre eles, Nina Rodrigues e Athur Ramos.

Nina Rodrigues (1906-1962), via o negro como biologicamente inferior, sendo o causador do nosso atraso social, ou seja, afirmava sua inferioridade. Através da obra **Os Africanos no Brasil**, torna-se evidente que o seu principal objetivo era o controle e a limitação da participação do negro na sociedade brasileira.

Assim como Nina Rodrigues, Athur Ramos desenvolveu sua pesquisa dentro de um método histórico-cultural (americano), com uma análise de caráter evolucionista ao afirmar que o negro possui uma cultura primitiva. A visão culturalista transferida para uma harmonia entre culturas e a conciliação de classes. Suas obras principais foram **O Negro na Civilização Brasileira** e **O Folclore negro no Brasil**.

Um aspecto que diferencia Athur Ramos de Nina Rodrigues é que Ramos era contrário ao mito da superioridade racial aos brancos. Segundo Ramos, era um erro a afirmação repetida de historiadores e sociólogos brasileiros de que o negro, ao contrário do índio, foi resignado ao regime da escravidão. Parece-nos que o autor conhecia a resistência do negro ao regime

escravocrata, mas por outro lado ele faz afirmações racistas que mostram a sua maneira de trabalhar a cultura sob a ótica do civilizado e do primitivo.

...] O negro, embora sendo mais capaz do que o índio, no trabalho agrícola, pelas causas culturais, contudo reagiu, por vezes violentamente ao regime da escravidão. Foi bom trabalhador, porém mau escravo+(Ramos 1956, p.42).

Nota-se que as teorias racistas estão até hoje introjetadas no imaginário social brasileiro, além da sua importância enquanto produção ideológica, os teóricos racistas foram o alicerce para a assimilação do pensamento racial repleto de estereótipos e preconceitos sobre o negro e o índio, atendendo aos interesses da elite cultural e racial da época. Mesmo quem desconhece as teorias racistas, acaba, por vezes, fazendo uso de um discurso impregnado por elas e ainda, o que é pior, age discriminando o negro.

Raça é um conceito relativamente recente. Antes de adquirir qualquer conotação biológica significou por muito tempo um grupo de pessoas conectadas por uma origem comum. Foi neste sentido impregnado, na maioria das línguas européias a partir do início do século XVI.

As teorias biológicas sobre raça são recentes. A partir do século XIX, nas quais a palavra raça passou a ser usada no sentido de tipo, designando espécies de seres humanos distintos tanto física quanto em termos de capacidade mental. Mais tarde estas teorias biológicas perdem a vigência, pois as diferenças fenotípicas entre diferenças intelectuais, morais e culturais, não podem ser atribuídas diretamente as diferenças biológicas, mas devem ser creditadas a construção sócio-culturais e condicionantes ambientes.

O estudo sobre raças humanas foi usado para afirmar a superioridade ou a inferioridade intelectual de uma raça em relação a outra. Especificamente, para justificar o domínio da raça branca sobre as demais.

Para Levi-Straus (1976), não se pode resolver as desigualdades das raças humanas se não levar em consideração as diversidades das culturas humanas. Estas culturas humanas não diferem entre si do mesmo modo, nem do mesmo plano, pois deve-se considerar a distância geográfica, tempo histórico entre determinadas culturas. Ou seja, há na face da terra muita diversidade social e cultural, mesmo em grupos pertencentes a mesma raça biológica. Portanto, o conceito, deveria, segundo o autor, restringir-se ao plano biológico.

A 2ª Declaração da UNESCO sobre o problema das raças observa que o que convence o homem comum que as raças existem é a evidência imediata de seus sentidos, quando percebe simultaneamente um africano, um europeu, um asiático e um índio americano. Não só a cor das pessoas como seu modo de vida, maneira de sentir e pensar passaram o ser objeto de reflexão e classificação tanto por parte dos colonizadores quanto dos colonizados. A cor das pessoas é algo bastante usado no cotidiano da nossa sociedade.

Nossa sociedade funda-se em mitos que falam da raça e da cor. De um lado o mito ou a fábula da Roberto da Matta (1980), *nosso mito de origem*, que conta que somos originários de três raças: negros, brancos e índios.

Resumindo, podemos dizer que a *raça* é um conceito pouco significativo cientificamente, porém político e ideologicamente ele é muito significativo, pois funciona como uma categoria social de acordo com a estrutura de poder em cada sociedade multirracial.

Todo este debate se dá no momento que se articula a formação do Estado-nação brasileiro. Num projeto que estava fundado em teses racistas vindas da Europa e que afirmam a superioridade da raça branca, com argumentos evolucionistas. Ou seja, teorias do assimilacionismo que tinham por objetivos finais o embranquecimento do Brasil.

1.1. A questão racial nas teorias assimilacionistas

As teorias assimilacionistas tornam-se conhecidas e divulgadas no Brasil a partir de modelos teóricos vindos de fora. Além da sua importância, enquanto

produção ideológica, os teóricos racistas foram os alicerces para a assimilação do pensamento racial impregnado de estereótipo e preconceitos sobre o negro, atendendo os interesses da elite cultural e racial da época.

Torna-se adepto desta teoria o pioneiro Nina Rodrigues. Ele era médico e estudava africanos no Brasil. Seus livros são os resultados de estudos feitos entre 1890 e 1945. Nina Rodrigues viveu na época em que se encontrava africanos puros no Brasil, portanto seus estudos partiam de uma realidade próxima. Estudou a linguagem e as culturas trazidas por estes africanos. A principal obra que trata isto é **Os Africanos no Brasil** que via o negro como responsável pelo atraso da nação, por ser considerado uma raça inferior.

“A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os meus incontestáveis serviços á nossa civilização, que mais justificadas que seja as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo+ (Rodrigues, 1982 p.7)

O objetivo de tais afirmações era controlar e limitar a participação do negro na sociedade brasileira, pois considerava que a supremacia imediata ou mediata da raça negra era nociva à nossa nacionalidade. Para que tivéssemos uma nação forte e poderosa, o Brasil deveria eliminar a raça negra, porque estes já haviam servido na escravidão, depois de abolida a escravidão não haveria sentido manter os negros, pois estes eram considerados inferiores e indolentes.

Comparando as condições da raça negra dos Estados Unidos e do Brasil, Nina Rodrigues diz que nos Estados Unidos a raça branca sitiou os negros e procurou não manter relações e evitou o cruzamento das raças, o que fez com que aquela nação se desenvolvesse mais e melhor. Já no Brasil, a

raça negra, predominando pelo número acentuado, incorporou-se á ocupação local e houve o misticismo. E com o misticismo o negro queria lutar pela nacionalidade. O que, em síntese, justificaria a atraso que o Brasil quando comparado aos Estados Unidos. Nina Rodrigues declara que o negro deveria voltar à África, pois jamais teria condições de se tornar cidadão, devido sua inferioridade enquanto povo.

O seu objetivo ao estudar o negro era para ~~cientificamente~~ provar sua inferioridade. O autor declara que o negro não era só uma máquina econômica, mas um objeto de ciência, e aqui no Brasil tínhamos o objeto de estudo em número acentuado, o que não era comum em outros países. Neste aspecto particular, podemos considerar Nina Rodrigues um inovador para época, pois ele será um dos únicos estudiosos brasileiros a se propor a pesquisar os negros. O que, sem sombra de dúvidas, foi um avanço científico.

Contudo, Nina Rodrigues se propunha a estudar os negros como objeto cultural em provável extinção e não como sujeitos; ou seja,

Hoje a Bahia a única província ou Estado Brasileiro em que o estudo dos negros africanos ainda se pode fazer com algum fruto. Mas, ou esse estudo se faz de pronto, ou a sua possibilidade em breve se cessará de todo. São todos os africanos de idade muito avançada e tal mortalidade deles dentro de poucos anos terão desaparecidos os últimos+(Rodrigues, 1906, p.17).

Cabe se perguntar: como um enorme número de línguas e culturas, por que a cultura dos negros não se proliferou? Por que não foi introjetada mais diretamente o uso destas línguas e culturas na sociedade brasileira? Aos negros era proibido sua língua materna e sua cultura, servia de objeto de estudo, para justificar sua inferioridade, mas não para serem integrados à sociedade brasileira.

Outro representante da cultura predominante do começo do século, foi Athur Ramos (1903-1949) que também não possuía formação acadêmica em Ciências Sociais, era médico. Arthur Ramos considerava Nina Rodrigues um sábio, pois era portador da melhor formação científica.

As principais obras de Athur Ramos foram: **O Negro brasileiro (1934)**, **O Folclore negro no Brasil (1935)**, **As Culturas negras no Novo Mundo (1937)**, **A Aculturação Negra no Brasil (1942)** e **A Introdução à Antropologia Brasileira (1943-1947)**.

Em seus primeiros trabalhos no Brasil, Athur Ramos utilizou a Psicanálise. Depois aderiu a antropologia cultural, daí a inclusão nas suas obras da temática cultural. Segundo alguns antropólogos, Arthur Ramos não era adepto do mito da superioridade racial dos brancos, isto era considerado uma avanço nos estudos acadêmicos da época.

Não tem sido um erro esta afirmação repetida de historiadores sociólogos brasileiros que negro, ao contrário do índio, foi no Brasil, um elemento passivo e resignado ao regime da escravidão. E teria sido esta a causa da substituição da escravidão índia pela africana. Segundo aqueles historiadores, o índio reagiu violentamente à escravidão, fugindo das senzalas, ao passo que o negro africano, submetendo-se sem protestos ao trabalho escravo.+(Ramos, 1956, p.41)

Pode-se considerar-se que estas reflexões fossem avançadas para sua época, embora demonstrem um aspecto racista ao afirmar que o negro serviu para sua época e que serviu como escravo por ser dócil e humilde, sem levar em consideração que o índio conhecia as selvas brasileiras pois era nativo destas terras, já o negro trazido para um lugar estranho para ele, e sem contar as estratégias que foram criadas para que o negro não organizasse em grupos para não se organizarem. Cabe lembrar que vieram negros africanos de diferentes línguas e culturas e que este aspecto dificulta muitíssimo a

comunicação e, por conseguinte, a organização em grupos, para uma possível revolta.

Mas nem mesmo estes fatores pré-determinados para que o negro não se organizasse foram suficientes para impedir as formas de resistência adotadas pelos negros no período da escravidão.

Esta ideologia de que o negro foi escravo dócil, prevalece até nosso tempo, para muitos historiadores, desmistificar estas idéias contribuíra muito para a valorização da cultura negra e das lutas implementadas pelos negros contra o regime escravocrata.

Dentro desta perspectiva cultural para debater a questão racial surge, nos anos trinta, a presença de Gilberto Freyre, (1900-1987), para dar um tom científico para uma nova ideologia racial, ou seja, o mito da democracia.

Sua principal obra é **Casa Grande e Senzala**, que represente a crença no Brasil mestiça. A mestiçagem é vista de maneira positiva. O mito do bom senhor, embora este senhor não tivesse dado exemplo de comportamento correto e nem de postura perante o trabalho, mas para ele a escravidão no Brasil foi amena, comparada a outros sistemas escravocratas. E, entre escravos e senhores, há a uma harmonia, ou seja,

%O Brasil de Freyre seria definido hoje por muitos pesquisadores do mundo caribenho como um país %reóle+ ou seja, - algo que vem do Velho Mundo, mas cresce no Novo Mundo . uma sociedade caracterizada pela miscigenação e pelo sincretismo, apta a englobar e a transformar símbolos e influências que provêm de outros lugares+(Freyre apud Sansone, 1996, p.208).

Baseado na interpretação da realidade social brasileira, Gilberto Freyre afirmava que no Brasil não existiam raças superiores, nem inferiores, surgindo o choque entre brancos e negros causados pela escravidão.

Como poderiam viver pacificamente senhores exploradores com escravos explorados? A própria visão preconceituosa que passa na obra **Casa Grande e Senzala**, em relação as mulheres, principalmente as mulheres negras, sendo estas consideradas culpadas da %exploração e violência sexual+ que sofriam. A justificativa era de que a suposta depravação fazia parte do sistema econômico e familiar brasileiro.

Freyre, reforça a imagem da mulata enquanto o objeto sexual preferido pelos portugueses. Esta ideologia de que a mulata é objeto sexual não acabou, a reprodução ideológica que atingiu a mulher negra se sustenta na imagem da mulata de exportação.

A obra **Casa Grande e Senzala** toca nas preocupações que a intelectualidade da sua geração tinha com relação à mistura racial e seus desdobramentos em relação ao progresso burguês. A preocupação central era a do branqueamento da sociedade brasileira, cuidando de manter uma boa imagem sobre as relações raciais no Brasil. Ou seja, como uma fachada interna e para ser apresentada no exterior.

O mito da democracia racial defendido por Freyre, é uma das ideologias que mais sobrevive em termos de relações raciais no Brasil, pois muitos afirmam não ser importante discutir a questão racial, mostram assim recorrência do pensamento racista tão bem elaborado na sociedade brasileira.

1.2. O negro como objeto É dilemas e alternativas.

Na visão das teorias racistas assimilacionistas o negro era visto como objeto de estudo, como problema. Considerava-se que diluindo o seu contingente poderia-se assegurar a liderança do país pelos brancos.

O contingente negro foi visto, pelos teóricos assimilacionistas, como raça inferior a ser erradicada do meio nacional. Desde 1934, os estudiosos passaram a distinguir raça e cultura e se orientaram, conforme o sistema de referência de %aculturação+.

Para Clóvis Moura (1988), o conceito de aculturação era usado para explicar o contato entre aquelas culturas que se expandiam como transmissoras da civilização, ou seja, os colonizadores e aqueles povos dominados, considerados portadores de uma cultura mais primitiva, considerados colonizados. Os povos colonizados sofriam a influência dos povos colonizadores, na qual resultaria uma síntese de que os dominados também transmitiriam parte dos seus padrões aos dominadores que os incorporaria a sua estrutura cultural.

Na verdade, não aconteceu desta forma, pois a cultura dominada, ou seja, os negros, não tiveram direito de exercer influências marcantes sobre a cultura dominadora. No processo de aculturação os mecanismos de dominação econômica, social, política, cultural e racial persistem determinando quem é superior ou inferior em determinado hierarquia social.

O caráter culturalista utilizado também nas obras de Gilberto Freyre tinha como objetivo fazer com que a população negra se identificasse com a cultura branca e passasse a assimilar como sua, o que pode ser denominado de ideologia do branqueamento. Esta ideologia do branqueamento refere-se a uma estratégia adotada, após a abolição, que pretendia a reformulação étnica da população, associada ao pensamento de garantia do progresso e desenvolvimento do país. Ou seja, a idéia de que, a miscigenação levaria o Brasil a um novo tipo racial, que, por certo, não estaria próximo ao negro, mas sim de um tipo híbrido, mais próximo do europeu.

Com a mistura das raças vinha também a solução para os conflitos sociais. A miscigenação passou a ser o principal elemento do projeto nacional do branqueamento. Para se chegar ao branqueamento desejado existiam dois caminhos a seguir: a miscigenação e a imigração européia, pois pensava-se que assim o negro desapareceria de maneira gradual.

A ideologia do branqueamento levou milhares de negros a assimilar os valores da cultura do branco, negando sua própria cultura. É por isto que muitos negros não se assumem como tal, preferindo dizer-se branco ou assumir a cultura do branco, desconsiderando a real contribuição. Para a autora Neusa Santos a democracia racial:

Objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história e transforma - lá em natureza. Instrumento formal da ideologia o mito é um efeito social que pode entender-se como resultado da convergência de determinações econômico-político-ideológicas e psíquicas. (Santos, 1983, p.25).

O mito da democracia racial enfatiza a suposta inferioridade biológica (advinda das teorias racistas) do negro e também enfatiza a suposta inferioridade social do negro, justificando e mantendo as desigualdades raciais.

É notável o que o mito da democracia é capaz de gerar na mentalidade do negro. Inconscientemente, o negro assume que a sua condição de inferioridade se dá biologicamente, ou o que é pior, de assumir para si as causas da discriminação racial, dizendo que o negro que o mito da democracia racial construiu ao longo da história das relações raciais no Brasil. É comum ouvir esta expressão nas rodas de conversa, até mesmo entre intelectuais, porque é mais fácil debater a questão das relações raciais quando se joga o problema para um único grupo, pois se encerra as questões neste, de quem é a culpa?

Toda a ideologia do branqueamento tem dificultado o trabalho de articulação dos negros em cima de uma política de identidade racial definida que pudesse tomar corpo com estratégias capazes de superar as desigualdades raciais no nível econômico e político, tornando o negro um cidadão.

2. FLORESTAN FERNADES E O PROJETO DA UNESCO

Em 1950, no mês de setembro, o antropólogo Alfred Métraux, responsável pelo setor de relações raciais do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, procurou o professor Roger Bastide na USP, para fazer uma pesquisa sobre relações raciais no Brasil. Já tinha passado por Pernambuco, Salvador e Rio de Janeiro.

Num primeiro momento Roger Bastide não aceitou o desafio e sugeriu o professor Donald Pierson. Este ficou entusiasmado com o projeto, mas ao perceber que a dotação orçamentária era muito pequena desistiu imediatamente.

Métraux teve, assim que voltar e recorrer ao professor Roger Bastide, seu velho amigo. Dessa vez a pesquisa iria ter em Bastide, um coordenador central. Na época, Florestan Fernandes era assistente de Bastide na cadeira de sociologia I e foi convidado para fazer parte do projeto de pesquisa. No artigo, de Florestan Fernandes Esboço de uma trajetória, o mesmo responde:

“Não de jeito nenhum! O senhor não me convenceu. Até ele foi saindo, já ia fechar a porta, quando meteu a cabecinha entre o vão e me disse: ‘Professor, eu colho todo o material. O senhor só trabalha nos dados. O senhor aceita?’ eu confesso que então chorei. Foi uma emoção forte demais. Aquele homem, do qual eu tinha sido aluno quatro anos, que fizera tudo isso, exige a minha colaboração, levando a sua dedicação a esse ponto. (...) então, me levantei e anuí: ‘Bom, o senhor venceu. Eu faço a pesquisa com o senhor’ (Sousa, 1995, p.19-20).

Assim Florestan Fernandes elaborou o projeto que sofreu modificações ppor parte de Roger Bastide, principalmente em relação às críticas feitas a Donald Pierson. A pesquisa assumia a possibilidade de interpretar em termos históricos, sociológicos e antropológicos uma situação racial que tinha sofrido profundas transformações, mas que também apresentava subsídio para a mudança social que tinha como pano de fundo a situação do negro e do preconceito de cor em nossa sociedade.

No fundo, era um projeto ousado que colocava a ciência na luta contra o racismo na capital paulista.

2.1. A pesquisa da UNESCO em São Paulo:

A decisão da UNESCO para fazer uma pesquisa no Brasil coincidia com a carreira de Florestan Fernandes que, nessa época, estava concluindo sua tese de doutorado acerca da função social da guerra na sociedade Tupinambá.

Florestan Fernandes chegava ao ponto de maturação de sua formação acadêmica, embora já tivesse feito alguns trabalhos empíricos. Porém, o seu trabalho de cunho sociológico crítico adveio de estudos sobre relações raciais entre negros e brancos na cidade de São Paulo, a partir deste novo olhar que é esboçado.

O projeto de estudo enviado a UNESCO em 1951 por Florestan Fernandes aborda o tema das relações raciais entre negros e brancos na capital paulista de modo abrangente. Ou seja, embora o preconceito racial por meio de uma análise da própria sociedade paulistana no passado, no presente e apontando perspectiva para o futuro.

Nesse sentido, Florestan Fernandes coloca algumas questões que satisfazem a pesquisa em São Paulo. Em primeiro lugar, a noção de preconceito racial carecia de um tratamento científico. Depois, o sociólogo registra o limitado conhecimento da situação racial brasileira. E enfim, a

literatura sobre a situação do preconceito racial estaria direcionada para a experiência norte-americana.

A seu ver, a especificidade do preconceito racial em São Paulo devia-se ao seguinte:

%a a sociedade paulistana se tornou o que é, revelando que, ao deixar de ser escravo, num por isso o negro chega a ser cidadão. Ele se defronta com todos os problemas que surgirem mediante uma modalidade de preconceito que não que não é análoga é que aparece nos Estados Unidos, África do Sul...mas que não se conduz tampouco à igualdade racial e á democracia racial. (Sousa, 1995, p. 22).

Ou ainda, o enfraquecimento da ideologia racial tradicional (escravidão), geraria novas tensões com o avanço de atitudes reativas dos negros ou e continuação de imagens negativas contra os negros por parte das elites tradicionais ou dos grupos de imigrantes.

A singularidade paulista estaria no processo de industrialização, no qual o ~~pre~~ preconceito de cor+ se apresentava como o principal obstáculo para os negros poderem ascender socialmente. E que no processo de industrialização os imigrantes estavam sendo absorvidos no mercado de trabalho devido ao seu pertencimento étnico em detrimento dos negros.

Assim, Florestan Fernandes considera que o capitalismo desenvolvido em São Paulo, com base em uma sociedade multi-étnica, indicava alterações na estrutura das classes sociais que apontam novos ajustamentos nas relações entre brancos e negros. Ou seja, novas formas de relações sociais estavam se delineando.

Florestan Fernandes, em diversos depoimentos, estabelece, de modo recorrente, correlações entre sua produção intelectual e seu engajamento

político. A pesquisa da UNESCO já deixava entrever-se esta junção de cientista e cidadão:

Esse é, de fato, o grande dilema do meu trabalho: eu enfrento as interpretações da realidade como se eu fosse negro. (...) com efeito, eu me situo historicamente no ângulo do homem que surgiu como excluído, viveu no cortiço, que sabe que o preconceito é de classe mas é de raça também,...+(Sousa, 1995, p. 22)

Associado a esse trabalho, ocorreram intensos contatos com os negros e suas associações. Neste sentido, houve uma empatia profunda que estabeleceu a ligação entre trajetória pessoal, produção acadêmica e identificação política com os negros. A vinculação com as lideranças negras foi possível por causa de Roger Bastide que mantinha uma série de contatos religiosos, sociais e culturais com a comunidade negra de São Paulo.

A primeira reunião na Biblioteca Municipal de São Paulo foi coroada de sucesso com a presença de 200 a 300 pessoas. Também ficou registrada que as mulheres possuíam maior maturidade, talvez pela pressão psicológica, pela posição que desempenham na sociedade e na família negra.

As técnicas de pesquisa mais utilizadas foram os seminários, observação participante, reuniões e entrevistas formais e informais. Assim, Florestan Fernandes ficou responsável pela parte mais substancial da pesquisa, fazendo um estudo histórico-sociológico da sociedade paulista.

O alvo da pesquisa ficou localizado em São Paulo, por ser a região do Brasil que apresentava um desenvolvimento mais intenso, acelerado e homogêneo, quanto à elaboração sócio-econômica do regime de classes. É também a cidade brasileira na qual a revolução burguesa se processou com maior vitalidade.

A pesquisa realizada em 1951 foi base dos estudos sobre o negro por Florestan Fernandes e Roger Bastide, financiada pela UNESCO. O objetivo desta pesquisa era sensibilizar o governo para a adoção de medidas legais favoráveis ao negro e ao mulato e demonstrar que no Brasil existia a democracia racial. Ou seja, o Brasil fazia questão de mostrar que aqui não havia discriminação racial, e esta imagem era repassada para outros países.

A pesquisa da UNESCO tomou uma maior abrangência crítica, fugindo do modelo das outras pesquisas realizadas que tratavam sobre relações raciais no Brasil (Nogueira, 1942, Pierson, 1971 e Wagley, 1950).

A pesquisa contém os seguintes aspectos:

o primeiro capítulo toma a fase crucial da desagregação do regime servil e da emergência da ordem social competitiva . de 1808 a 1900. Os dois capítulos subseqüentes lidam com a fase ulterior. de consolidação da ordem social competitiva, sob forte persistência da competitividade, sob forte persistência da concepção tradicionalista do mundo, de 1900 à 1930. A segunda parte compreende o período em que a ordem social competitiva passou por uma espécie de expurgo gradual expandindo-se num sentido mais capitalista e vai de 1930 à 1960. O terceiro capítulo gira em torno de dados colhidos em 1951+(Fernandes, 1978, p. 12).

2.2.Do folclore à Investigação da UNESCO

Até o momento de entrar no estudo da UNESCO, o contato com a questão do negro em Florestan Fernandes estava voltado mais para trabalhos de cunho folclórico.

Congadas e batuques em Sorocaba (1943) é um estudo que destaca a presença do negro numa tradição sincrética. Para Florestan Fernandes, o negro exerceu ação ativa nos autos populares dos brancos, apoiando-se nos elementos de sua própria cultura. O sociólogo sugere que os congados eram lutas que representavam ao mesmo tempo uma sobrevivência africana, como também um elemento recebido pelo negro escravo através dos portugueses.

Florestan Fernandes continuou a se interessar pelos estudos étnicos elaborando sua tese de mestrado na Escola Livre de Sociologia e Política sobre **A organização social dos Tupinanbás** em 1947 e, mais adiante, com a tese de doutoramento sobre a **ÍFunção Social da Guerra na Sociedade Tupinanbás**, concluída em 1951.

Florestan Fernandes considerava que a investigação da UNESCO não se limitava a uma pesquisa sobre relações raciais nos moldes em que os norte-americanos estavam acostumados a fazer. Seria um estudo sobre relações raciais, mas não para esgotar a problemática ou enquadrá-la num esquema bipolar que não questionava a sociedade, nem as classes do sistema capitalista. Em síntese, os estudos americanos desconsideraram os aspectos históricos do racismo á brasileira. Era uma crítica direcionada a Donald Pierson que apresenta os resultados de uma pesquisa na Bahia. O mesmo afirma que há pouco preconceito de raça na Bahia, no sentido que esse é usado nos Estados Unidos. Não existem ~~castas~~ baseadas na raça: existem somente classes. Isto não quer dizer que não exista algo que se possa chamar de preconceito, mas sim que o preconceito existente é um preconceito de classes e não de raça. E conclui dizendo que a situação da Bahia, pelo menos de modo geral, é típica de todo do Brasil. (Pierson, 1971, p. 19-65).

Aprofunda-se a visão crítica das relações raciais. Por outro lado, é uma resposta ao trabalho de Donald Pierson:

segundo uma abordagem interdisciplinar que tinha como premissa a fusão de micro e macro, economia, personalidade,

cultura, sociedade. (...) tal abordagem permitiu passar da desagregação da sociedade escravista à formação da sociedade de classes através de contradições que marcavam continuidade e descontinuidades no modo de produção, na organização da vida social e nos dinamismos da cultura, ressaltando-se objetivamente como distância social entre raças, desigualdades raciais, preconceito de cor e discriminação, em vez de desaparecerem, com a crise do padrão assimétrico de relação racial, foram absorvidos e redefinidos sob a égide do trabalho livre e das novas condições histórico-sociais+(Fernandes, 1989, p.101).

Aqui percebemos o significado e a amplitude dessa abordagem sociológica que supera em muito uma visão folclórica da cultura negra no Brasil. O negro passa ser visto como agente do seu próprio movimento.

Essa visão transpareceu logo no início do primeiro capítulo da UNESCO, onde Florestan Fernandes concentra sua análise nos aspectos econômicos da transição da agricultura para a lavoura extensiva. Ele mostra como no século XVIII, com a produção da cana-de-açúcar e depois com a lavoura de café, o negro e os seus descendentes viriam a ser, durante quase um século, os únicos agentes do trabalho e os principais artífices da produção agrícola (Fernandes, 1959, p. 41 - 50).

A abolição representou a passagem do negro escravo à cidadania. No entanto, esta mudança foi apenas na forma da lei. Ou seja, os homens de cor não tiveram qualquer política compensatória que os ajudassem a superar vários séculos de escravidão. Só, gradativamente, foram absorvidos pelo meio urbano no sistema de trabalho, a partir das ocupações humildes e mal remuneradas. De modo geral, a herança da escravidão degradara a tal ponto o seu agente humano de trabalho, que torna sua ascensão social difícil e demorada.

Embora o processo de industrialização e urbanização tenha alargado os horizontes dos trabalhadores, essa mudança teria uma força limitada no que toca às ocupações, serviços e salários da população de cor. Nesse momento,

percebe-se uma crescente proletarização dos homens de cor, e uma valorização da educação como meio de participação para a assimilação de uma cultura urbana.

Florestan Fernandes apresenta de maneira otimista a nova fase de modernização capitalista.

Na obra **Branco e negro em São Paulo** (1959), no segundo capítulo, denominado *Cor e Estrutura Social em Mudança*, o sociólogo passa da abordagem sócio-econômica às implicações sociológicas, da transição da antiga ordem para o capitalismo. Elas são utilizadas pela visão de que raça ou cor seriam variáveis dependentes do regime econômico-social. Em outras palavras, que à estratificação social de São Paulo corresponde ou se superpõe uma estratificação interétnica e racial. (Bastide, Fernandes, 1959, p.79).

Na ordem social escravocrata o parentesco representava o princípio fundante de atribuição de status social e, por conseqüência, o preconceito de cor era um elemento de preservação da endogenia presente no interior da classe dominante. Nesse sentido, o fenômeno da miscigenação na sociedade brasileira não seria sinônimo de relações democráticas, mas sim das diferentes modalidades através das quais se processou a disseminação racial, tinham por função manter as distâncias sociais intransponíveis, que dividiam os dois mundos (...) e garantir a partilha desigual de direitos e deveres, assegurado pelo regime servil (Bastide, Fernandes, 1959, p. 88).

Mesmo assim, uma parcela dos homens livres de cor, ainda procuraram alterar suas mentalidades ao resistirem a serem igualados aos escravos e ao buscarem o exercício de ocupações que não fossem identificados como trabalho servil. Com isto, instaura-se uma recusa à antiga concepção de status e valores derivados da assimilação e expectativas vinculadas à camada branca, característica da ideologia do branqueamento.

Pelo que vimos até aqui, a análise volta-se para os aspectos sociológicos que mantiveram as bases estruturais da ordem social

escravocrata. Por sua vez, a abolição representa o fim do regime servil e o da equiparação coletiva dos negros e mestiços, sob o ponto de vista jurídico-político, e os demais cidadãos brasileiros.

A luta pela abolição exerceu um importante papel no processo de emancipação dos escravos e abriu caminhos pela emergência do modelo capitalista de produção. Entretanto, Florestan Fernandes questiona as razões dos limites do abolicionismo que não tinha um projeto de, conforme suas palavras, recuperação econômica, social e moral das vítimas diretas ou indiretas do cativeiro.

A transição da ordem servil à capitalismo ocorreu sem alterar os padrões sociais de brancos, negros e pardos. Florestan Fernandes enumera alguns aspectos: 1) a força de trabalho dos negros tinha importância secundária no início do capitalismo; 2) em relação aos imigrantes, a mão-de-obra de cor exercia atividades mal remuneradas; 3) a situação de exclusão sócio-racial não permitiu a inserção em melhores condições da força de trabalho negra; 4) no processo de formação da sociedade clássica foram ampliadas as distâncias sociais entre brancos e negros (Bastide, Fernandes, 1959, p. 141). Em síntese, a abolição foi uma revolução pensada pelos brancos e para os brancos.

Segundo Florestan Fernandes, as possibilidades de inserção dos homens de cor na nova estrutura econômico-social não impede a continuidade do preconceito e da discriminação racial.

No quinto capítulo *A luta contra o preconceito de cor*, Florestan Fernandes aborda as formas como tem sido enfrentado o preconceito de cor em São Paulo. Esse fenômeno vigente na etiqueta das relações raciais é uma espécie de dimensão incomoda do sistema sócio-cultural brasileiro (Bastide, Fernandes, 1959, p.269).

Diante do preconceito racial, o surgimento de movimentos sociais de negros foi positivo na configuração de emergência social capitalista. De um lado, ao criarem orientações que limitam as atitudes racistas dos brancos e, de

outro, combatendo o sentimento de inferioridade dos indivíduos de cor, seja para uni-los através da consciência social.

Florestan Fernandes assinala que no Brasil os ideais de integração nacional estão acima das diferenças raciais. Com isso, atitudes desfavoráveis aos indivíduos de cor por parte dos brancos, cria situações constrangedoras. Porém, os movimentos sociais se rebelaram contra essa ideologia que se resume a manifestações de piedade dos brancos. Mas, na verdade, o movimento paulista começa a adquirir força nos anos 20 e luta para que a ideologia igualitária das relações raciais torne-se uma realidade. Desse modo, propõe mais uma tática integracionista. Ou ainda:

“Prevenindo as novas gerações, é educando-as para uma vida nobre e mais sadia, mais independente e mais moralizada em seus direitos e deveres de cidadão e patriotas, que estaremos trabalhando pela integração do negro na sociedade” (Bastide, Fernandes, 1959, p. 274).

O que se verifica é um discurso que preserva as relações assimétricas entre brancos e negros na nova ordem política e econômica. No momento, a incorporação gradativa, por parte dos homens de cor, dos ideais da nova ordem capitalista, viria suscitar uma nova concorrência dos problemas sociais e das diferenças raciais entre brancos e negros. Em outras palavras, para o sociólogo os ideais de integração nacional acima das diferenças raciais e de igualdade fundamental sofreram no meio negro uma reelaboração cultural na perspectiva crítica que não são poupados nem os brancos nem a raça negra.

Somente após a Revolução de 30, surgiu um quadro mais favorável à criação de grupos que reivindicavam a ascensão social da massa de negros e pardos. Em síntese, o objetivo era liderar os negros da herança social

incômoda e substituí-la por valores sociais novos para enfrentar os grandes da vida social urbana.

Entretanto, ao aprofundar sua análise do movimento negro paulista, Florestan Fernandes observa que:

Os movimentos sociais do tipo Frente Negra Brasileira ou da Associação dos Negros Brasileiros, não puderam transformar-se talvez por causa de sua pequena duração (...) em instrumentos de integração racional das reivindicações dos negros e mulatos contra manifestações da discriminação e preconceito com base na cor+(Bastide, Fernandes, 1959, p 300).

Florestan Fernandes constata a fragilidade dos movimentos sociais de corte étnica, incapazes de questionar a ideologia que encobria o preconceito racial e legitimava uma sociedade onde todos não são iguais perante a lei+. Ou seja, a ideologia da democracia racial não permitiu um enfrentamento radical do preconceito de cor.

3. PRINCIPAIS CONCEITOS NA OBRA DE FLORESTAN FERNANDES

No capítulo III serão apresentados os conceitos mais utilizados nas obras de Florestan Fernandes, a fim de melhor entendermos a interpretação das relações no Brasil.

Os conceitos que analisarei a seguir serão os seguintes: preconceito racial, cor e raça, democracia e ascensão social.

3.1. Preconceito racial:

A primeira pergunta levantada por Florestan Fernandes, parte do seguinte pressuposto: é possível utilizar como objetivo de pesquisa o termo preconceito racial?

De acordo com Florestan Fernandes, o preconceito pode ser investigado a partir dos seguintes problemas: a) constitui um fenômeno social na medida em que impõe a objetivos, pessoas e valores atributos negativos ou positivos que não fazem parte de sua identidade e que interferem diretamente na convivência humana; b) a manifestação do preconceito se dá conforme valores e regras étnicas de cada sociedade; c) o preconceito é uma questão cultural e sempre está vinculado a interesses sociais de um grupo; d) o preconceito tem uma função social; e) o preconceito tem uma função social que permite entender as relações (interaciais) de uma sociedade; e) o preconceito transforma-se de acordo com as mudanças sociais. Em síntese, o preconceito é um termo que abrange imputações estereotipadas, tanto negativas quanto positivas, de atributos a objetos, pessoas e valores.

O preconceito racial não foi submetido a crítica aberta após a abolição, o que facilitou as condições favoráveis aos estereótipos negativos em relação aos negros, os quais integram-se à cultura brasileira.

No dizer de Florestan Fernandes:

O preconceito racial, não é, em si mesmo, um componente imediato da estrutura social. Mas interfere no ajustamento de seres humano em situações sociais que se repetem, isto é, em situações sociais que fazem parte da estrutura social da esfera de ajustamento espontâneos da organização social, sujeitos no entanto a controle social+(Fernandes, 1959, p. 329).

O preconceito inclui pessoas e grupos. E, se o considerarmos como uma atitude emocional negativa em relação a determinado grupo que é considerado diferente, concluímos que o preconceito representa uma atitude depreciativa para esse grupo. Por isso, o preconceito racial de atitudes individuais pode desmistificar um mito e manifestar amplitudes profundas que funcionam como mantenedores do poder branco nas relações interraciais.

Em síntese, pode-se dizer que o preconceito racial faz parte de um processo social e não biológico, ou ainda, a situação de cada grupo racial e a posição de cada um diante do outro é que condicionam culturalmente a formação dos estereótipos raciais e que determinam socialmente o significado e a função deles.

3.2. Cor e Raça:

Para Florestan Fernandes, o termo raça é entendido no sentido sociológico, ou seja, um conceito social e não biológico. Isto porque a raça apenas fornece os atributos que são selecionados socialmente a determinados

sujeitos, em diferentes condições de existência social e não é representada como uma substância do preconceito. Em outras palavras, se encontram nela as matérias primas do preconceito racial, ou seja, dos estereótipos, do comportamento e das práticas coletivas que em cada sociedade, entendem-se, sociologicamente por preconceito racial. Assim, as causas estão na sociedade e não nas raças (matéria prima). E a consequência é o fenômeno do preconceito racial.

No Brasil, qual seria o significado social deste conceito, já que a cor é geralmente empregada para caracterizar os negros e mestiços?

Esses termos (raça-cor) em nosso país, tem uma história em geral usados para definir gente de cor, população de cor, gente de raça. De acordo com Yvone Maggie (1996), desde a colônia os escravos trazidos da África eram classificados com termos de cor como preto mina, preto Angola, etc... Embora só no século XIX, e especialmente depois da abolição, a questão da diferença racial tenha sido colocada na cor com um significado biológico.

Mais tarde, ou seja, no final do século XIX e início do século XX, a cor como distinção biológica, foi associada a uma diferença e hierarquização cultural. A literatura sociológica contemporânea abandonou o termo cor em favor do estudo das culturas negras. Este sistema classificatório tem enorme vigor na linguagem cotidiana.

3.3. Democracia racial e ascensão social:

Para Florestan Fernandes, não se formou barreiras que impedissem a ascensão do negro, nem se tomaram medidas para conjurar os riscos que a competição do negro em relação aos brancos. Foi a omissão do branco e não a ação que redundou na perpetuação do *status quo*.

A sociedade se (trans) formou sob o ponto de vista do seu grupo, ou seja, o branco só conseguiu pôr em prática reduzida parcela das técnicas, instituições e atores sociais inerentes a ordem social competitiva.

%Ao mesmo tempo que o %branco+não se via impelido a competir, a concorrer a lutar como o %negro+, este propendia a aceitar passivamente a continuidade de antigos padrões de acomodação racial+(Fernandes, 1978, p. 251).

Ao passo que o elemento branco ocupava novos espaços na sociedade capitalista em formação, Também eram fechados no nível das relações raciais, ainda viviam no passado, pois garantiam seu poder e se afirmavam como grupo dominante. O negro não foi repellido diretamente, mas não foi aceito sem restrições, não recebiam tratamento igualitário, e tinham que acatar aos novos requintes do novo regime %democrático+.

A %democracia+ serviu para suavizar os mecanismos do peneiramento competitivo. Para que pudesse haver uma democracia racial o %negro+deveria adaptar-se ao novo regime, mas somente aqueles que identificassem com os círculos dirigentes da %classe dominante+, de forma gradativa serviria como consolidação da %paz social+e defendendo os interesses da população negra, fechando assim todas as portas que poderiam colocar o negro sujeito direto do processo de democratização dos direitos e garantias sociais.

O negro poderia fazer parte da sociedade após estar preparado para isto, ficando preso ao passado escravista, vivendo em condições desumanas, para garantir uma imagem de democracia racial no Brasil. Florestan Fernandes diz que engendrou-se assim, um dos grandes mitos de nosso tempos: o mito da %democracia racial brasileira+.

Como poderia haver democracia entre ex-senhores, que escravizaram durante anos tornar-se democráticos para aqueles que foram alvos de uma das mais terríveis escravidão já visto no mundo?

O mito da democracia racial isenta o branco de qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade moral para com o negro, e atribui ao negro

um estado de incapacidade, ou irresponsabilidade. Desta forma, as relações entre brancos e negros eram julgadas pelo ajustamento do negro em relação aos brancos, caracterizando uma falsa consciência da realidade racial brasileira.

O mito da democracia racial, segundo Florestan Fernandes serviu para difundir e generalizar a consciência falsa da realidade racial, e suscitando todo um elenco de convicções etnocêntricas:

a) A idéia de que o negro não tem problemas no Brasil:

Como se explica o fato de que no processo da passagem da escravidão para o trabalho livre, o negro é logrado socialmente e apresentado, sistematicamente, como sendo incapaz de trabalhar como homem livre. Contudo, durante a escravidão atuava satisfatoriamente e eficientemente em quase todos os setores econômicos, proporcionando um lucro certo e fácil para o senhor.

Há uma desarticulação nessa ordem social que impedia o negro de entrar no mercado de trabalho, de possuir condições para enfrentar as barreiras sociais impostas pela estrutura ou falta de estrutura que o negro enfrentou com a abolição. Sem contar com a chegada dos imigrantes que vieram ocupar o mercado de trabalho. Há uma relação entre o processo de decomposição do sistema escravista e a entrada de imigrantes europeus, isto é, à medida que se tomam medidas para tirar o escravo do processo de trabalho estimula-se o mecanismo importador de imigrantes brancos europeus.

Estes exemplos citados anteriormente demonstram uma parte do que o negro enfrentou de problemas no Brasil.

b) A idéia de que, pela própria índole do povo brasileiro, não existem distinções raciais entre nós.

Segundo Florestan Fernandes, qualquer iniciativa autêntica de proteger a ascensão igualitária do negro esbarraria em oposições arraigadas, formando-se focos de tensões e de conflitos no seio das próprias camadas dominantes.

Cabia ao homem branco das camadas sociais altas o poder juiz supremo, de quem decide o que convinha ou não convinha ao negro.

c) A idéia de que as oportunidades de acumulação de riqueza, de prestígio social e de poder forma indistinta e igualmente acessíveis à todos, durante a expansão urbana e industrial da cidade de São Paulo.

Na obra **A integração do negro na sociedade de classes**, capítulo III, Florestan Fernandes afirma que o negro sofreu com a adesão da ordem social competitiva e pela revolução urbana, pois estava completamente desfavorecido pelos novos crivos sócio-econômicos de peneiramento profissional e por conseqüência, totalmente incapaz de assimilar os novos padrões de vida, associados às ocupações urbanas mais rendosas. A partir do afastamento do processo de crescimento econômico, acabaram sendo marginalizados como população. As causas são muitas, como a imigração dos brancos europeus (para substituir o negro no trabalho e trazer nova mentalidade de econômica, substituindo o campo pela cidade). O fato é que a industrialização e urbanização aconteceram por via da imigração concedendo ao imigrante uma posição vantajosa em relação ao negro, empurrando-os para setores menos favorecidos.

Florestan Fernandes define muito bem a realidade do negro:

Brancos conseguiram classificar-se como operários, seja porque se temia a sua falta de preparo técnico, seja porque se valorizava preferencialmente o trabalhador estrangeiro, seja enfim porque os próprios negros que mulatos retraíram-se, candidatando-se de preferência às oportunidades de trabalho que lhes eram mais acessíveis+(Fernandes, 1920, p. 138).

Houve uma substituição do negro pelo imigrante, estes tendo o privilégio de ocupar cargos rendosos, e ao negro que serviu para construir a riqueza dos senhores proprietários de terra, restou somente cargos insignificantes.

Infelizmente esta idéia de igualdade de oportunidade perdura até nossos dias se tornou um mito, que está alicerçado na dita **democracia racial**.

d) A idéia de que **o preto está satisfeito** com sua condição social de vida em São Paulo.

Esta idéia foi largamente utilizada para dizer que o negro era acomodado e que não tinha pretensões de ascender socialmente. O mito da democracia racial de Florestan Fernandes aprisiona o negro, conduzindo-o à negação de si próprio, de sua capacidade de transformar a sua realidade para melhor.

A partir da obra **O significado do protesto negro**, Florestan Fernandes apresenta o protesto negro, daqueles ativistas negros que organizaram movimentos espontâneos, para defender os direitos dos negros enquanto cidadãos e denunciar as formas de discriminações enfrentadas pelo negro. Entra, dessa forma, em cena, a consciência social negra que quer mudanças, transformar o paternalismo, o clientelismo e a expectativa de conformismo dos brancos das classes dominantes.

O negro elabora uma ideologia racial própria para enfrentar as manifestações de preconceitos e discriminações em situações concretas. Surgem os movimentos negros e a imprensa negra. O mais reconhecido foi **O clarim da alvorada brasileira**, que surgiu a partir da década de 20. Nesta publicação se encontravam estilos de comportamento, anseios, reivindicações e protestos, esperanças e frustrações dos negros.

Segundo Miriam Nicolau, que fez uma revisão no material dos jornais da imprensa negra paulista, apresentando uma ordem desses jornais da seguinte forma: 1918, **O Alfinete e O Bandeirante**; 1919, **A Liberdade**; 1920, **A Sentinela**; 1922, **O Kosmos**; 1923, **O Getulino**; 1924, **O Menelick**; 1926, **A Rua e O Xauter**; 1925, **O Clarim da Alvorada e Elite**; 1928, **Auriverde, O**

Patrocínio e Progresso; 1932, **Chibata**; 1933, **A Evolução e A voz da Raça**; 1935, **O Clarim, O Estímulo, A Raça e Tribuna Negra**; 1936, **A Alvorada**; 1946, **Senzala**; 1950, **Mundo Novo**; 1954, **O Novo Horizonte**; 1957, **Notícias de Ébano**; 1958, **O Mutirão**; 1960, **Hífen e Níger**; 1961, **Nosso Jornal** e 1963, **Correio d'Ébano**. (Fonte: Moura, 1998, p.208).

Se realmente o negro estava satisfeito com a sua condição social de vida porque formar grupos e imprensa negra? Se realmente existisse democracia racial no Brasil porque a necessidade de formar uma imprensa negra para expor suas idéias, porque a necessidade de formar uma imprensa oficial?

Assim como o negro foi marginalizado social, econômica e psicologicamente, também foi culturalmente, sendo por isso, toda a sua produção cultural considerada subproduto de uma etnia inferiorizada.

4. CONTRIBUIÇÕES DAS OBRAS DE FLORESTAN FERNANDES PARA A CRÍTICA DO PENSAMENTO RACIAL BRASILEIRO.

Neste capítulo serão abordadas as obras relacionadas com a questão da discriminação racial e a contribuição de Florestan Fernandes para a formação do pensamento da questão racial no Brasil.

Como foi apresentado no capítulo anterior, a partir do Projeto da UNESCO é que se inicia uma nova perspectiva em relação ao estudo sobre o negro no Brasil, ressaltando a participação do negro como sujeito da pesquisa e da sociedade.

Serão destacadas as obras: **A Integração do Negro na Sociedade de classes** (volumes 1 e 2); **Branços e Negros em São Paulo** e o **Significado do Protesto Negro**.

A obra **A Integração do Negro na Sociedade de classes** ocupa lugar de destaque sobre as relações raciais no Brasil, tendo como condição social os ex-escravos descendentes, apontando para uma reflexão e temas futuros a serem contemplados pelo autor Florestan Fernandes.

Florestan Fernandes dirigiu suas indagações na caracterização dos dilemas presentes na constituição da ordem capitalista no Brasil, evidentes na marginalização dos negros. A obra analisa o estilo no Brasil, individualista e competitivo, construído pelo novo regime de relações de produção. Deixados à própria sorte, tornaram-se excluídos sem condições de concorrer com os imigrantes brancos e europeus, sendo marcados pela pauperização e desorganização social.

Segundo Florestan Fernandes, após a abolição, os negros viveram dentro da cidade, mas não progrediam com ela e através dela. Constituíam

uma *congérie* social, dispersa pelos bairros, e só partilhavam em comum uma existência árdua.

No âmbito da sociedade de classes, os ex-escravos não se tornaram no primeiro momento ameaça às posições do branco. A ética mascarada, característica dos brancos, expõe a insensibilidade diante da discriminação, exprime do modelo tradicionalista de relações raciais.

Os brancos ignoram, neutralizam ou solapam, consciente e inconscientemente, os efeitos sociais da classificação do negro nos níveis sociais a que pertencem. Contudo, eles não podem impedir que os homens de cor em ascensão social mudem suas concepções de personalidade-status (Fernandes, 1978, p. 336).

O negro não tinha acesso ao meio branco e a estrutura de poder sofria mudanças constantes e profundas. Os brancos estavam avançando e se estruturando financeiramente, politicamente e culturalmente. As famílias negras sofriam diversos tipos de conseqüência sociais de estruturação, que sem a participação da mulher como empregada doméstica não teria sobrevivido.

Nos piores contratempos, ela era o pão e o espírito; consolava, fornecia o calor do carinho e a luz da esperança. Ninguém pode olhar para essa fase do passado sem entender-se diante da imensa grandeza humana dos humildes domésticos de cor; agentes a um tempo da propagação e da salvação do seu povo (Fernandes, 1978, p. 211).

No início do processo pós-abolição, o negro sofreu com o estilo de vida individualista, onde cada um foi obrigado a buscar o seu espaço, sem

apresentar perspectiva de grupo, pois a competição demarcava a sociedade de classes, e o negro não fazia parte da economia lucrativa, porque já não interessava mais como trabalhador.

Conforme Florestan Fernandes:

%A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre+ (Fernandes, 1978, p. 15).

Além de ser negada a participação direta no processo da abolição, o negro foi jogado sem direito algum numa sociedade individualista e competitiva, onde a industrialização não abriu espaço para seu trabalho.

A preocupação pelo destino do escravo mantivera-se em foco enquanto se ligou a ele o futuro da lavoura, depois de abolição a escravidão, o negro viu-se abandonando. A escravidão não desapareceu por completo, pois se antes como escravo não tinha vez na sociedade, liberto também não. O que restou a esses negros foi a proletarização.

Os dados da matrícula de 1886 revelam que, aproximadamente, 95% da população escrava da província de São Paulo se fixava em zonas rurais, dedicando-se quase exclusivamente a atividades agrícolas. Os 5% restantes, domicílios em zonas urbanas, trabalhavam em serviços domésticos.

A população negra que saiu do meio rural após a abolição e foi para o meio urbano, primeiramente não foi nada fácil se inserir em algum espaço de trabalho, quem encontrou um pouco mais de facilidade foi a mulher, pois tinha o trabalho doméstico que não havia concorrência nos primeiros tempos.

Ao sair da escravidão para ir morar na cidade, o negro não possuía atributos psicossociais exigidos como homem livre, pois não sabia o significado, o uso e as funções da liberdade, passou de uma escravidão física para uma escravidão moral, levando ao desempenho e a miséria.

“O fato essencial é que a cidade pôs à prova os anseios de libertação do negro e que as suas dramáticas experiências apesar dos aspectos negativos, não de ser um exercício nos domínios da sociedade” (Fernandes, 1978, p.94).

Não saberia dizer um ex-escravo o que faria com a sua liberdade de imediato: se voltaria para a fazenda onde trabalhava forçadamente ou se arriscaria ao novo, a esta realidade social que ante ele se colocava, afinal, o que lhe esperava? Que tipo de trabalho procurar, onde encontrar e o que é principal como funcionava o trabalho livre e como agir diante desta nova perspectiva?

Imaginaremos então milhares de pessoas percorrendo uma cidade em crescimento econômico como São Paulo, sem nenhuma instrução, sem saber onde ir e o que fazer para sobreviver. Este foi o cenário que o negro encontrou após o dia 13 de maio de 1888. Muitos com ilusão da igualdade de oportunidade, outros tantos com a força braçal, mas vão os velhos e crianças que não produziam e não interessavam para o mercado de trabalho que tinha recebido um contingente grande de estrangeiros para trabalharem.

“Os anos do desengano, em que o sofrimento e a humilhação se transformam em fel, mas também incitam o negro a vencer-se e a sobrepujar-se, pondo-se à altura de suas ilusões igualitárias. Enfim, os anos em que o negro descobre, por sua conta risco, que tudo lhe fora negado e

que o homem só conquista aquilo que ele for capaz de construir, socialmente, como agente de sua própria história+ (Fernandes, 1978, p.97).

Isto demonstra que o negro sofreu no Brasil, desde que aqui chegou. Foi-lhe exigido sem limites, primeiro a uma adaptação no regime de escravidão por (décadas) e após uma adaptação brusca, sem preparo e sem perspectiva a liberdade. O negro busca uma forma de resistência, muito embora fosse suficientemente forte para superar as desigualdades raciais, explicita a construção de uma nova história, na qual os herdeiros do cativo começam a afirmar-se como homens livres e cidadãos.

O negro procura superar, graças ao seu esforço a situação de pauperização e da anomia social, deixando de ser marginalizado pelo regime de trabalho, porém enfrenta com maior vigor a discriminação, pois a classe dominante garante seus privilégios e impede a ascensão social dos negros.

Por outro lado, Florestan Fernandes afirma em sua obra **Branços e Negros em São Paulo**, que os males enfrentados pelo elemento negro nas cidades resultam, em grande parte, da herança por eles recebida do regime econômico anterior, pois os poucos que dispunham de alguns bens, em geral, pequenos lotes de terras, muito raramente cogitavam de explorá-los em um sentido capitalista, ao contrario do que acontecia com os imigrantes e seus descendentes.

Os resultados do Censo de 1940 mostram que os trabalhadores negros de ambos os sexos exerciam suas atividades em serviços domésticos e com as tarefas manuais e braçais. Os mesmos resultados revelam que o número de empreendedores e de capitalistas de cor é muito reduzido. Além disso, eles não conseguiram penetrar nos setores que exigem grandes capitais.

Outro fator considerável é que São Paulo tornou-se o foco do desenvolvimento econômico e político brasileiro, o que promoveu uma imigração intensa, além dos limites de disponibilidade interna. Ocasionalmente,

por parte das empresas, uma procura para o trabalho de pessoas cuja qualificação profissional era má, foi por este motivo que o negro foi inserido no trabalho menos remunerado, devido a não classificação profissional, até aparecer outros grupos étnicos também não especializados profissionalmente para concorrer com os negros.

Ainda nesta obra Florestan Fernandes apresenta a formação da nova mentalidade e acentua a importância da alfabetização e da aprendizagem sistemática das profissões, reconhece as vantagens da especialização profissional que precisaram os negros na competição por colocações.

No quinto capítulo da obra Brancos e Negros em São Paulo, que aborda a luta contra o preconceito de cor, fala das reações espontâneas contra o preconceito de cor, que desenvolveu-se tanto por parte dos brancos como por parte dos negros prejudicados, direta ou indiretamente pelas manifestações do preconceito.

Em conjunto, ambas as reações têm produzido efeitos sociais construtivos. Uma por conterem as orientações de conduta dos brancos dentro de certos limites; as outras, porque estimulam as atitudes inconformistas dos negros e dos mulatos, contribuindo seja para combater o sentimento de inferioridade dos indivíduos de cor, seja para uni-los através da consciência social de interesses comuns (Bastide, Fernandes, 1959, p. 270).

Porém, estas atitudes contrárias ao preconceito de cor, obtiveram várias conotações, ou seja, o branco queria mostrar que o preconceito era algo pouco digno e na visão do negro era uma manifestação de piedade dos brancos, mas o mais importante é que os oponentes ao preconceito de cor obrigaram homens públicos a tomar conhecimento da conveniência de regular formalmente as garantias de igualdade jurídica e política perante a lei.

São dois aspectos que somam-se, primeiro o aspectos da vontade de esforço do negro em ascender socialmente e segundo as atividades dos oponentes ao preconceito de cor, chegando até a mudar na Constituição Federal as garantias legais contra o preconceito de cor. Na Constituição de 1946 fica proibido de maneira expressa, o preconceito de raça: %odos são iguais perante a lei (...) não será, porém tolerada propaganda de guerra de processo para subverter a ordem política e social, ou de preconceito de raça ou de classe+(Art. 141).

Mas, o procedimento de cor no Brasil não se tratava em âmbito legal e sim na igualdade de oportunidade, bem como diz no **Manifesto Congresso da Mocidade Negro Brasileiro**: %O problema do negro brasileiro é o da integração absoluta, completa, do negro, em %oda+ a vida brasileira (política, social, religioso, econômica, operária, militar, etc.)+.

Segundo Joviano Amaral, que defendia o ponto de vista de que antes de falar nos clubes ou escrever em jornais, mas construtivos nos parece combater o preconceito por meio mais hábil: a ação. Esta ação no sentido de mostrar a cada negro que deve melhor aproveitar o seu dinheiro que deve procurar ilustrar-se, fazendo-se hábil trabalhador, respeitar as individualidades dos seus próprios irmãos, que deve interessar-se pelo destino dos filhos, que deve educa-los e instruí-los, que deve ter e dar aos seus uma profissão digna e lícita, que deve velar pela segurança da família, fazendo compreender a enorme responsabilidade que cabe à mulher, que esta deve ser respeitada e protegida no que tem de mais sagrado, que deve formar instituições úteis ao seu desenvolvimento social, de amparo, de proteção.

Parece-me que estas afirmações apontam para um desejo de cidadania do negro, mas por outro lado, observamos somente os deveres que cabem à população negra que saiu recentemente (em termos de tempo histórico) de um sistema escravocrata que decorreu por séculos e ao final nos lhes garantiu direito algum e observando estas palavras o único responsável pelo seu futuro parece-me ser o negro, e que ele próprio não tem reivindicação a fazer.

Por causa destas concepções passadas do pensamento branco em relação ao negro é que:

Os desapontamento e as insatisfação dos negros e mulatos não se encontravam formas de expressão coletiva. Ao contrário, de acordo como os padrões vigentes de tratamento inter-racial, os desapontamentos e as insatisfações precisam ser dissimulados ou resolver-se através de soluções de caráter estritamente pessoal (abandono do Estado, alcoolismo, isolamento, suicídio, etc.)+(Bastide, Fernandes, 1959, p. 275).

Os padrões de relação raciais foram o modelo que os brancos determinaram e o próprio estilo devido ser o mesmo que eles conheciam e julgavam ser o ideal para a população negra.

Florestan Fernandes afirma que houve uma constante participação do negro em um extremo, o ativismo dos que constataram abertamente, de outro, o ressentimento engolido com ódio ou com humildade, mas que se traduzia sob a forma da acomodação . que ele designou como capitulação racial passiva.

Aparecem com mais significação as formas do ativismo nos movimentos sociais espontâneos, que eclodiram, em São Paulo na década de 20 até meados de 1940. Foram criados como afirmação coletiva do elemento negro, a mais significativa foi a Frente Negra Brasileira+, constitui-se em 1931, propunha-se a congregar, educar e orientar+os negros de São Paulo.

Era o propósito da Frente Negra Brasileira:

A Frente Negra está congregando todos os homens da raça, qualquer que seja a sua condição, e tem desfeito

essa visão errônea do panorama da vida, que dominava as várias correntes até então existentes (no meio negro); o escopo de nossa organização é cuidar da educação coletiva..., orientar (o negro) para reconquistar um lugar que é seu, mas que não lhe deram (Bastide, Fernandes, 1959, p.282).

A Frente Brasileira, além deste caráter de formação da consciência negra coletiva, também desenvolveria um trabalho de propaganda contra o preconceito de cor e de amparo moral aos associados. Posteriormente, fundou o jornal **A Voz da Raça**, fazendo reivindicações e até o registro da Frente Negra Brasileira como partido.

Outro jornal representativo foi o **Clarim da Alvorada** (1924) que desempenhou forte e expressiva influência no meio negro. Fundado por José Correia Leite e Jayme Aguiar, ficou sendo o mais representativo jornal negro até o aparecimento de **A Voz da Raça**.

A Voz da Raça representava uma tomada de posição ideológica do negro em nível de uma opção política, pois era órgão da Frente Negra Brasileira, que já possuía uma estrutura organizacional bastante complexa.

Era dirigida por um Grande Conselho, constituído de 20 membros, selecionados entre estes, o chefe e o secretário. Havia também um Conselho auxiliar, formado pelos cabos distritais da Capital.

A Imprensa negra tornou-se o porta-voz daqueles que eram demitidos injustamente do serviço ou na correção de locatários que se recusavam a receber inquilinos de cor bem como em outras complicações com que o negro se defronta quotidianamente. Tornaram-se órgãos de protesto, por causa dos problemas sociais que afligiam os negros.

Para Florestan Fernandes, a partir do crescimento da imprensa negra que veio para preencher as necessidades sociais do negro, resultado da

integração deste novo regime do trabalho livre com uma formação de ideais próprios, que são desde a dignidade do trabalho a participação com igualdade na sociedade.

Para Florestan Fernandes, o negro é repellido como classe, e a partir da melhora na sua situação econômica automaticamente haverá reflexos na sua colocação social. Se for repellido como negro, a questão torna-se mais grave.

Outros estudos, principalmente baseados nos ideais dos movimentos negros brasileiros, apontam estas desigualdades que não podem ser explicadas unicamente pela contradição principal que se estabelece entre os que detêm os meios de produção e os que possuem apenas sua força de trabalho.

Outros contradições existem e tem sido expressos pelo movimento negro organizado no Brasil que, a partir da década de 70, ao discutir o racismo enquanto instrumento de exploração de classe dar um novo rumo a luta contra o racismo, o preconceito e a discriminação racial em nosso país. Apesar da industrialização, mobilidade social, urbanização, alcançada pela sociedade brasileira, as desigualdades sociais persistentes e o racismo atua como um instrumento de dominação social, determinando a participação subordinada do negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se hoje quisermos falar na questão das relações no Brasil, sem dúvida Florestan Fernandes é uma das maiores referências. Florestan Fernandes já alertava em seus escritos: nunca haverá democracia no Brasil nem será possível a existência de uma república democrática enquanto persistir a desigualdade racial e a discriminação dos negros.

Ainda mantêm-se a discriminação racial no Brasil e as desigualdades levam a exclusão do povo negro dos espaços de desenvolvimento social, econômico, cultural e político. A discriminação e o preconceito são instrumentos de dominação, que se escondem por detrás do mito da democracia racial e esvazia o discurso das relações raciais, desconstruindo as estratégias do negro para superação destas desigualdades.

Constatedei no capítulo IV, sobre as contribuições das obras de Florestan Fernandes uma construção científica de um modelo de desenvolvimento que procura interpretar as relações raciais no Brasil e transformá-las em novas relações democráticas.

Florestan Fernandes revela ao Brasil que o mito da democracia racial é uma hipocrisia contra o povo brasileiro, não só contra o negro, como também contra o índio. Para o autor, a discriminação contra o negro acontece por consequência da pobreza generalizada, o que equivale dizer que a discriminação racial é uma questão de classe.

A questão da classe suprime a discriminação por causa da cor da pessoa, portanto o negro que ascendesse socialmente estaria em igualdade em relação ao branco. Porém, percebemos que mesmo aqueles que conseguiram vencer as barreiras econômicas, não deixaram de enfrentar o preconceito de cor.

O debate em torno das relações precisa vir acompanhado com os efeitos que o racismo, ou o preconceito de cor assumem na vida de cada

cidadão negro e que a ascensão social não determina o desaparecimento do racismo brasileiro.

Florestan Fernandes apresentou uma visão otimista sobre o futuro das relações raciais brasileiras, pois decorre de uma análise no tocante das mudanças na estrutura social. A idéia é de que o preconceito e discriminação raciais são apenas um remanescente do passado escravista. Sendo assim, uma democracia racial autêntica implica que os negros devem alcançar posições de classe equivalentes àquelas ocupações por brancos.

Fica um questionamento, que poderá ser analisado em próximas pesquisas: será que ao abolir as classes sociais, o preconceito e a discriminação racial desaparecerão? O que não aconteceu no processo de uma sociedade de casta para uma sociedade de classes. Será que a questão do preconceito e a discriminação é respondida somente pela classe? Ou ao contrário, cor e classe se imbricam num processo excludente, predominante hora uma e hora outra.

Como já foi mencionado anteriormente, a temática das relações raciais é um universo que precisamos tocar para que se rompam as barreiras das discriminações raciais.

Por isto acredito que os objetivos desta monografia em parte foram alcançados, no que diz respeito à pesquisa e à análise crítica do mito da democracia racial, a partir da elaboração teórica de Florestan Fernandes. Foi verificado que o mito da democracia racial é uma força negativa capaz de destruir lentamente o sonho da igualdade de uma enorme população negra brasileira.

Em relação ao conteúdo dos capítulos ficaram alguns questionamentos, como, por exemplo: o estudo da democracia racial poderá ser abordado sob a ótica também dos movimentos sociais e culturais criados como estratégia pelos negros? Por que o nosso país desconhece a imensa participação que o negro desempenhou na sociedade brasileira?

Através desta monografia se observa a contribuição que Florestan Fernandes apresenta neste sentido, de alertar aos pesquisadores brasileiros, que para falar sobre o negro, e das relações raciais não poderia pautar-se em estudos raciais norte-americanos ou de outros países.

Cabe a indagação: como pode ser possível lutar pela igualdade racial num país descomprometido com a garantia da cidadania para a maioria da população?

No primeiro capítulo que trata das questões raciais e das teorias assimilacionistas, percebemos que o conceito %aça+ é um tanto polêmico, pois é um conceito que se tenta evitar em debates no cotidiano, até mesmo pela falta de conhecimento, mas que ao tratarmos da temática das relações raciais, com certeza obrigamo-nos a estudar o referido conceito.

Neste sentido este estudo favoreceu-me a compreensão de que o termo %aça+ foi utilizado (por teorias biológicas) para afirmar a superioridade ou inferioridade intelectual de uma raça em relação a outra, e que várias teorias foram elaboradas com esta finalidade.

Porém, hoje utilizamos o termo %aça+ com um caráter ideológico, pois tem um sentido de construção social, ou seja, no Brasil o conceito de raça é o modo de classificar as pessoas a partir de sua cor. Não poderíamos tratar do tema das relações raciais sem cairmos no conceito de %aça+.

Outro aspecto significativo em relação ao Projeto da UNESCO, é que este recebeu um novo estilo de pesquisa com a colaboração de Florestan Fernandes, pois este projeto serviu de instrumento de uma compreensão da realidade, e chegaram até a reavaliar as grandes sínteses interpretativas construídas principalmente nos anos 20 e 30.

Como foi visto no segundo capítulo, Florestan Fernandes, ao elaborar o plano de pesquisa realizado em São Paulo, declarava que o estudo deve ser projetado com bases científicas. Nos anos 50, quando ocorreu a pesquisa da UNESCO, o debate sobre relações raciais tornou-se questão obrigatória.

O objetivo do Projeto para a UNESCO era servir-se dos resultados para uma reeducação social dos adultos e em sua política básica de aproximação das raças. Assim, Florestan Fernandes abriu caminho para que os cientistas sociais assumissem a pesquisa sobre as relações sociais e raciais no Brasil, desvelando de forma o preconceito e da discriminação racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Raul J. Rumos e diretrizes, In **Alvorada**, São Paulo, Janeiro de (ano II, nº 16) pág. 3, 1947

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes.+ In MAIO, Marcos Chor & Santos, Ricardo Ventura (org.). **Raça, ciência e sociedade**. 2ª edição. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, 1998.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a escola Paulista. In. MICELI, Sérgio (org) **História das ciências sociais no Brasil**, São Paulo: Sumaré, 1995.

AZEVEDO, Célia M. M. de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

BARCELOS, Luiz Cláudio. **Raça e a realidade Educacional no Brasil**. Rio de Janeiro. IUPERJ. Tese de mestrado em Sociologia, 1992.

BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. **Branços e Negros em São Paulo**. São Paulo: Cia ed. Nacional, 1979.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Discriminação racial e resistência na voz de trabalhadores negros**. São Paulo. PUC, 1992.

CADERNO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS. **Raça, racismo e grupos de cor no Brasil** . Antônio Sérgio Alfredo Guimarães . Abril de CEAA, p. 45-63, 1995.

CANDIDO, Antônio. **Lembrança Florestan**. São Paulo. Edição do Autor, 1996.

CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1977

CHIAVENATO, Julio José. **O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai**. ed Brasiliense, São Paulo, 1980.

CUNHA, jr. Henrique. **Textos para o movimento negro**. São Paulo, EDICON, 1992.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo. Ed. Ática, Vol 1 e2, 1978.

FERNANDES, Florestan. **O Significado do protesto negro**. São Paulo, Editora Cortez, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e sub-desenvolvimento**. Rio de Janeiro. Editora Zohar, 1968.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 1995.

GUIMARÃES, Sérgio Alfredo. **As elites de cor e os estudos de relações raciais**. Revista-USP, outubro, São Paulo, 82, p. 67-82, outubro de 1996.

HASEMBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Edições Graal. Rio de Janeiro. 1979.

HASENBALG, Carlos. e SILVA, Nelson do V. 1988. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Vértice, Editora Revista dos Tribunais Ltda. IUPERJ.

JANNI, Octávio. **A sociologia de Florestan Fernandes**. Revista USP: São Paulo, 29, p. 26-33, Março/maio 1996.

JANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1979.

JANNI, Octávio. (org.) Florestan Fernandes: **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1986.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estruturas II**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

MAGGIE, Yvone. Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias cor e raça na cultura brasileira. In.: Marcos C. Maio e Ricardo V. Santos (org.) **Raça, ciência e sociologia**, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1996.

MAIO, Marcos Chor. **A história do projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil**. IUPERJ, 1997.

MARQUES, Gabriel. **Da senzala unidade racial: uma abordagem da realidade racial no Brasil**, Editora Planeta Paz, Brasília, 1996.

MARTINEZ, Paulo Henrique (org.) Florestan Fernandes ou o sentido das coisas, Boitempo Editorial, São Paulo, 1998.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo. Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. (org.) **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: EDUSP, 1996.

MUNANGA, Kabengele. (org.) **Negritude: Usos e sentidos**. Ática, São Paulo, 1988.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca racial de origem-sugestão de um quadro de referencia para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas, São Paulo, 1954.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia**. Ed. Nacional, São Paulo, 1971.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo, Editora brasiliense, 1994.

RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro. Editora Andes Ltda, 1957.

RODRIGUES, F. **Racismo cordial. A mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil.** São Paulo. Ática/Folha de São Paulo/Data Folha, 1995.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil.** São Paulo, Editora Nacional, 1982.

SANSONE, Lívio. In. Marcos C. Maio e Ricardo V. Santos (org.). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro. FIOCRUZ, 1996.

SANTOS, Arlindo Veiga dos. **Manifesto da frente negra brasileira.** São paulo, 2/XII/1931.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo.** São Paulo. Editora Brasiliense, 1980.

SILVA, Denise F. da Revistando a democracia racial. Raça e identidade nacional no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro. **Estudos afro-asiáticos** nº (16), 157-70, 1989.

SILVA, Neldson do V. & HANSENBALG, Carlos A. **Relações Raciais no Brasil Contemporânea.** Rio de Janeiro. Ed. IUPERJ, 1992.

SKIDMORE, Thomas. Preto no branco. **Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** Rio de Janeiro. paz e Terra, 1976.

SKIDMORE, Thomas. Fato e mito: descobrindo um problema racial no Brasil. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, nº 79, p. 5-16, nov, 1991.

SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes: O militante solitário.** São Paulo. Cortez, 1997.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro.** São Paulo. Cia Ed. Nacional, 1933.